

AUGUSTUS NICODEMUS

FUNDAMENTOS DA

TEOLOGIA

REFORMADA



UM COMENTÁRIO DA
CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER


VIDA NOVA

London, Printed for the Company of STATIONERS, and
are to be sold by J. Rothwell at the Fountain in Cheapside

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
<i>Introdução</i>	9
1. A Escritura Sagrada.....	15
2. A interpretação da Escritura.....	27
3. Deus e a Santíssima Trindade	39
4. Os decretos de Deus	51
5. A predestinação.....	61
6. A criação	69
7. A providência de Deus.....	79
8. A Queda e seus efeitos.....	91
9. O pacto entre Deus e os homens	103
10. A pessoa de Cristo.....	115
11. A obra de Cristo	125
12. O livre-arbítrio.....	137
13. A vocação eficaz	149
14. A doutrina da justificação	163
15. A justificação aplicada	173
16. Adoção e santificação	181
17. A luta do crente.....	191
18. A fé salvadora	199
19. Arrependimento para a vida	209
20. As boas obras I.....	219
21. As boas obras II.....	229

22. A perseverança dos santos.....	237
23. A certeza da salvação.....	247
24. Lei moral, leis cerimoniais e leis civis	257
25. Os usos da lei.....	267
26. Liberdade cristã e liberdade de consciência	275
27. O abuso da liberdade cristã	285
28. O culto a Deus	293
29. Os elementos do culto	301
30. O local do culto e o dia do Senhor	313
31. Juramentos legais e votos.....	323
32. O Estado e a sua autoridade (magistrado civil).....	333
33. A relação entre igreja e Estado	341
34. Casamento	349
35. Divórcio e novo casamento	359
36. A igreja de Cristo.....	369
37. Os propósitos da igreja	377
38. A comunhão dos santos	385
39. Os sacramentos	393
40. O batismo.....	403
41. A ceia do Senhor	413
42. O governo da igreja	423
43. Das censuras eclesiásticas e seu propósito.....	431
44. Sínodos e concílios da igreja.....	441
45. Os limites dos sínodos e concílios	447
46. O estado do homem depois da morte.....	453
47. A ressurreição dos mortos.....	461
48. O juízo final	467
49. O juízo final e a volta de Jesus.....	475
<i>Considerações finais</i>	481
<i>Apêndice</i>	483

APRESENTAÇÃO

A Confissão de Fé de Westminster tem sido reconhecida como um dos documentos mais maduros da tradição reformada. Ao longo da Reforma Protestante, diversas confissões foram produzidas com o intuito de descrever a fé daqueles que reconheciam que a igreja de Jesus Cristo não poderia ser derrotada pela imoralidade e pelas distorções promovidas pela cúpula da Igreja Católica Romana.

As igrejas protestantes nunca consideraram a si mesmas um movimento novo ou dissidente, mas, sim, um movimento de renovação e de retorno às verdades eternas das Sagradas Escrituras. Contudo, em um período em que confessar a Bíblia como a autoridade máxima sobre todas as consciências podia levar uma pessoa à fogueira, foi uma grande ousadia escrever esses documentos. Eles jamais tiveram o objetivo de se igualar ao texto sagrado, mas buscaram reafirmar o que havia sido obscurecido pela tradição católica romana, com toda a sua pompa.

Quando o Parlamento inglês, em meio à Guerra Civil, convocou a Assembleia de Westminster para reformar a Igreja da Inglaterra, Deus estava operando naquela nação por meio de homens fiéis à sua Palavra. Esses teólogos tinham como propósito produzir documentos profundamente fundamentados na Escritura e que servissem de guia para a fé e a prática da igreja. A influência dos teólogos escoceses foi decisiva nesse processo, especialmente por causa da aliança firmada entre o Parlamento inglês e a Igreja da Escócia.

Naquele período, a Igreja da Escócia já possuía uma teologia reformada bem desenvolvida, fruto das lutas do incansável reformador John Knox, que fora aluno de João Calvino em Genebra. Foi lá que Knox aprendeu sobre o governo presbiteriano da igreja, do qual se tornaria um dos principais defensores. Assim, quando os documentos produzidos pela Assembleia foram concluídos, entre eles a Confissão de Fé de Westminster (CFW), a teologia neles exposta refletia com clareza os princípios oriundos da Academia de Genebra, agora postos a serviço das igrejas das Ilhas Britânicas.

A história nos mostra, contudo, que com a restauração da monarquia e do episcopado em 1660, a Igreja da Inglaterra rejeitou oficialmente os documentos produzidos pela Assembleia. Na Escócia, por outro lado, esses documentos foram acolhidos, e até hoje a igreja oficial do país é a Igreja Presbiteriana.

Apesar de séculos já terem se passado, a CFW continua sendo um marco histórico na preservação da verdade da Palavra de Deus. As igrejas presbiterianas que permanecem fiéis a essa Palavra continuam a manter a CFW como sua confissão de fé, por entenderem que ela expressa, com clareza e fidelidade, as doutrinas ensinadas nas Escrituras.

O leitor perceberá a atualidade dessa confissão ao longo deste livro, com razões suficientes para valorizar um comentário sobre a Confissão de Fé de Westminster.

Este, porém, não é um comentário qualquer. O autor é um reconhecido expositor das Escrituras, com um compromisso semelhante ao de seus antepassados presbiterianos que participaram da Assembleia de Westminster. Sua intenção é comunicar as verdades da Palavra de Deus de forma clara, fiel e contundente.

Um comentário expositivo à CFW auxiliará o leitor iniciante, fortalecerá o mais avançado na teologia reformada e demonstrará que essa tradição nasce e sobrevive de sua total submissão às Sagradas Escrituras. Conhecer as doutrinas aqui expostas é conhecer mais de Deus e de si mesmo, conforme revelado por ele.

O leitor não precisa sentir-se intimidado por estar diante da exposição de um “documento humano”. O que temos é o testemunho do amor de Deus por seu povo, ao nos lembrar e manter firmes na fé dos nossos pais, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, vivida ao longo dos séculos por homens fiéis, mesmo diante das tentativas de silenciá-la com vãs tradições.

Que a leitura deste comentário aproxime o leitor da tradição reformada, mas, acima de tudo, da Palavra de Deus, a única regra infalível de fé para todos os crentes.

Cor meum tibi offero, Domine, prompte et sincere (João Calvino).

RONALDO VASCONCELOS
Pastor da Primeira Igreja Presbiteriana de Casa Caiada

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste livro é ajudar o leitor que já descobriu a fé reformada, mas gostaria de entendê-la melhor. Quando falamos de “fé reformada”, estamos nos referindo à fé bíblica conforme resgatada pela Reforma Protestante e mais tarde resumida em um documento conhecido como Confissão de Fé de Westminster. Foi justamente nessa confissão que optamos por basear os temas aqui tratados. Por essa razão, antes de discorrer sobre esses assuntos, julgamos conveniente explicar em que consistem as confissões de fé, qual é sua importância para a cristandade em geral, e qual é o valor da Confissão de Fé de Westminster para a fé reformada em especial.

1. Definição de confissão de fé. Podemos definir “confissão de fé” como uma declaração daquilo em que cremos. Pode ser descrita também como a proclamação escrita da fé que professamos, como é o caso das confissões de fé históricas. Por fim, ela é o resumo das doutrinas que uma igreja afirma crer. A confissão é pública quando oferecida e defendida por igrejas e denominações.

2. Confissões de fé na Bíblia. O conceito de confissão de fé é encontrado na própria Bíblia. Já no Antigo Testamento, a nação de Israel tinha uma confissão básica: “Ouve, ó Israel: O SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR” (Dt 6.4). O imperativo “ouve” (heb. *shemá*) acabou dando nome a esta confissão. Para os judeus, o Shemá é a declaração universal de que existe apenas um Deus, aquele que apareceu a Abraão, Isaque e Jacó, o que caracteriza o judaísmo. Portanto, temos no Antigo Testamento uma confissão de fé que dá identidade ao povo de Deus.

Da mesma forma, encontramos no Novo Testamento algumas declarações de fé do cristianismo primitivo. O próprio Senhor Jesus afirmou: “Todo aquele que me confessar diante dos homens, eu também o confessarei diante de meu Pai, que está no céu” (Mt 10.32).

“Confessar” expressa a ideia de trazer a público algo em que a pessoa acredita. Foi o que aconteceu no batismo do eunuco evangelizado por Filipe. Esse alto oficial da rainha etíope Candace — convencido por Filipe, com base na leitura

de um texto de Isaías, de que Jesus Cristo era de fato o Messias — expressou o desejo de se batizar e, então, fez sua confissão de fé: “Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus” (At 8.37). Como afirma o apóstolo Paulo: “se com a tua boca confessares Jesus como Senhor, e em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo” (Rm 10.9).

Desde cedo, a igreja cristã passou a exigir uma confissão de fé daqueles que professavam ser cristãos, e a confissão de fé mais básica do cristianismo é esta: “Jesus Cristo é o Filho de Deus”.

Todas as igrejas e todos os crentes têm uma confissão, e às vezes, como já disse, essa confissão é pública e recebida como normativa e autoritativa para identificar os membros de determinada denominação. Mesmo quem rejeita as confissões de fé não pode negar que possui uma confissão pessoal, pois o simples fato de alguém afirmar que a Bíblia é suficiente e que por isso não precisa de nenhuma declaração de fé já é, por si só, uma confissão, tendo em vista que expressa uma crença.

3. Confissões de fé na história da igreja e sua importância. Assim, várias confissões foram elaboradas ao longo da história da igreja.

A confissão de fé é importante por se tratar de um documento elaborado com base na Bíblia, no qual se procura resumir as crenças professadas por determinado grupo. Ela esclarece tanto o que cremos quanto o que não cremos. Afirmamos que ela é necessária porque expressa com clareza nossa interpretação sobre temas controversos do cristianismo, como a pessoa de Cristo, a questão da Trindade, a maneira pela qual somos salvos, o batismo, a relação entre igreja e Estado e com as autoridades, bem como a forma de celebrar a ceia do Senhor. São todos temas polêmicos da cristandade, daí a necessidade de não deixar dúvidas sobre aquilo em que acreditamos.

A confissão de fé também ajuda os crentes a entender os temas importantes da Bíblia. Uma boa confissão de fé agrupa de forma sistemática o conhecimento que adquirimos na Bíblia acerca de determinado tema, de modo a facilitar seu estudo e sua compreensão. Trata-se, portanto, de um documento temático, ao contrário da Bíblia, na qual as verdades foram sendo reveladas progressivamente ao longo dos anos e em determinados contextos. A confissão de fé reúne em um mesmo lugar tudo que a Bíblia ensina a respeito de um determinado conjunto de temas. É, por assim dizer, o resultado da teologia sistemática.

4. A Confissão de Fé de Westminster. A presente obra examinará a Confissão de Fé de Westminster, publicada pela primeira vez em 1647. Como já dissemos, ela

é produto de um movimento do século 16 conhecido como Reforma Protestante. Percebemos a importância da Reforma Protestante quando lembramos os nomes envolvidos no movimento: Martinho Lutero, João Knox, João Calvino, Ulrich Zwinglio, só para citar alguns dentre tantos outros que, usados por Deus, conduziram a igreja — ou parte dela — de volta à fé bíblica.

Esse movimento representou um retorno aos fundamentos bíblicos, após um longo período em que importantes verdades bíblicas, particularmente a doutrina da salvação, ficaram soterradas por entulho teológico, práticas litúrgicas estranhas e doutrinas inventadas por homens, até o momento em que Deus levantou pessoas dispostas a resgatar a verdade da Sagrada Escritura.

A Confissão de Fé de Westminster surgiu em um momento de definições. A Igreja Católica Romana havia começando a contra-atacar a Reforma, por meio do Concílio de Trento (1545-1563). Nesse concílio, foram reafirmados os dogmas da Igreja Católica questionados pela Reforma Protestante. Além disso, entre os próprios reformados, havia concepções diferentes em torno de determinados assuntos.

A confissão se tornou necessária quando os calvinistas assumiram o governo da Inglaterra. Até então, eles haviam sido contidos pela Igreja Anglicana — a igreja oficial da Inglaterra —, que não pretendia se reformar; agora, porém, tinham a chance de levar a Reforma adiante, pois o governo já não estava mais nas mãos dos anglicanos. Assim, quando finalmente assumiram o poder, os calvinistas trataram logo de elaborar um documento que refletisse e uniformizasse o pensamento dos reformados, que representasse o consenso dos calvinistas ingleses e escoceses sobre o que eles criam a respeito da doutrina, do culto e da administração eclesiástica.

Para esse propósito, os calvinistas ingleses reuniram-se com os reformados da Escócia em uma grande assembleia na Abadia de Westminster, na Inglaterra — daí o nome dado à confissão —, e assim elaboraram esse importante documento da cristandade, finalizado após quatro anos de intensos debates

É certo que a Confissão de Fé de Westminster foi elaborada tardiamente, mas por isso mesmo é considerada uma das mais completas, equilibradas e maduras, de modo que se tornou modelo para muitas outras confissões posteriormente, como a Confissão Batista de Londres, cujas semelhanças são notáveis, pois esta diverge apenas na questão sobre o batismo e sua administração. A Declaração de Savoy sobre Fé e Ordem, elaborada pelos congregacionais, também é muito semelhante à de Westminster. Esta última é a confissão básica

das igrejas reformadas de todo o mundo, particularmente daquelas que seguem o presbiterianismo.

5. *O conteúdo da Confissão de Fé de Westminster.* Essa confissão reúne uma grande variedade de temas. Ela explica, por exemplo, em que pontos a fé reformada difere da fé arminiana ou da fé pentecostal ou, ainda mais importante, em que a fé reformada difere do catolicismo romano. Seus temas são: a Escritura Sagrada; Deus e a santíssima Trindade; os eternos decretos de Deus; a Criação; a providência divina; a Queda; o pacto de Deus com o homem; o pacto da redenção; Cristo: o Mediador da aliança; o livre-arbítrio; a vocação eficaz; a justificação pela fé; a adoção de filhos; a santificação; a natureza da fé salvadora; o que é o arrependimento para a vida; as boas obras; a perseverança dos santos; a certeza da salvação; a lei de Deus; a liberdade cristã; a liberdade de consciência; o culto religioso; a guarda do dia do Senhor; juramentos legais e votos; o magistrado civil; o matrimônio e o divórcio; o que é a igreja; a comunhão dos santos; os sacramentos; censuras eclesiásticas; sínodos e concílios; o estado do homem após a morte; a ressurreição dos mortos; o juízo final. Todos esses temas serão tratados neste livro.

Como se pode perceber, é uma confissão muito abrangente, pois trata de temas que continuam sendo extremamente atuais, que sempre suscitam polêmicas e indagações. Foi por essa razão que nos utilizamos desse documento ao escrever sobre os fundamentos da teologia.

Ao longo dos capítulos que se seguem, iremos expor as principais doutrinas da fé cristã de acordo com o pensamento dos reformadores, as quais também expressam aquilo em que acreditamos e que continua a ser difundido e pregado ao redor do mundo.

Convém lembrar que a Confissão de Fé de Westminster não trata de certos assuntos pertinentes aos nossos dias, porque não estavam em pauta na época em que foi elaborada. Por exemplo, a questão da ordenação feminina não é tratada no documento. Para todos os reformadores, porém, estava claro que a liderança da igreja deveria estar a cargo de um homem cristão qualificado. Outro assunto que não recebe tratamento na Confissão de Fé de Westminster é a ideologia de gênero, tão relevante nos dias de hoje. Isso não quer dizer que naquela época não existisse quem sentia atração por pessoas do mesmo sexo; este, porém, não era um problema tratado pela igreja, tanto que o tema da homossexualidade não consta de nenhuma outra confissão. Ao falar de casamento e família, a Confissão de Fé de Westminster considera apenas o padrão heterossexual e monogâmico, adotado

por todas as igrejas reformadas até hoje. Mesmo assim, por ser uma exposição dos princípios bíblicos, ela acaba servindo de referência quando analisamos questões atuais. À medida que progredirmos em nosso conteúdo, demonstraremos que a teologia da fé reformada é aplicável às questões de hoje.

6. *Sua utilização no livro “apenas como guia” e sua subordinação à Bíblia.* Desse modo, ainda que este livro esteja baseado em um documento do século 17, este documento se mostrará extremamente atual, pois entendemos que a teologia que compõe a Confissão de Fé de Westminster é a mesma encontrada na Bíblia, livro muito mais antigo, cuja parte mais recente, o Novo Testamento, existe há 2 mil anos e ainda assim continua atual, por ser a revelação da Palavra de Deus.

Portanto, todos os temas aqui tratados têm como base a Palavra de Deus. Utilizarei a referida confissão apenas como guia. Até porque as confissões de fé genuínas são todas subordinadas à Bíblia, justamente por elas não serem infalíveis nem inerrantes. Só a Bíblia é infalível e inerrante. Assim, por mais úteis que sejam as confissões de fé, nenhuma delas pode tomar o lugar da Sagrada Escritura. Dessa forma, as confissões de fé estão subordinadas à Bíblia e por ela são julgadas.

CAPÍTULO 1

A ESCRITURA SAGRADA

O primeiro capítulo da Confissão de Fé de Westminster trata da doutrina da Escritura Sagrada. Pode parecer estranho ao leitor que uma confissão de fé não inicie com declarações doutrinárias acerca de Deus, da Trindade ou da pessoa de Jesus Cristo. A explicação é bastante simples: para a teologia reformada, a única fonte confiável para se obter o conhecimento de Deus e de Cristo é a Escritura Sagrada. É na Bíblia que encontramos as informações sobre Deus, o Senhor Jesus Cristo e o plano da redenção. Portanto, é natural que uma confissão de fé comece por afirmar a veracidade da Escritura Sagrada que traz em si tais informações.

A fé reformada reconhece a importância teológica da priorização da Sagrada Escritura, o que não é o caso em outras vertentes do cristianismo. Os liberais, por exemplo, não iniciam suas teologias bíblicas com a Escritura. Podemos citar o caso de Rudolf Bultmann, liberal alemão que escreveu uma teologia bíblica cujo primeiro capítulo é dedicado à antropologia, ou seja, ao estudo do homem. Ele começa com a antropologia porque acredita que a fonte mais importante para o conhecimento de Deus é o estudo do homem. Os reformados, por sua vez, entendem que a Bíblia é a revelação final, maior e segura de Deus, pela qual podemos elaborar todas as outras doutrinas e obter um conhecimento sólido acerca de Deus.

Assim, neste primeiro capítulo, discorreremos sobre os tópicos principais da fé reformada relacionados com a doutrina da Escritura.

A Escritura como revelação divina

Os dois primeiros parágrafos da Confissão de Fé de Westminster apresentam a Escritura como a revelação maior e perfeita de Deus à humanidade:

I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele

conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

II. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática...

Na sequência, são enumerados os 66 livros que compõem o cânon da Escritura. O terceiro parágrafo trata dos apócrifos:

III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Portanto, os três primeiros parágrafos do primeiro capítulo da Confissão de Fé de Westminster tratam da revelação de Deus à humanidade. E a revelação divina se dá de três maneiras: pela natureza, pela consciência humana e pela Escritura. As duas primeiras constituem o que em teologia chamamos “revelação natural” ou “revelação geral”. A revelação pela Escritura é denominada “revelação especial”. Todos esses canais de revelação, obviamente, estão indicados na Bíblia.

Deus se revelou por meio da natureza

A Bíblia mostra com muita clareza que o ser de Deus é revelado nas coisas criadas, no mundo à nossa volta. Sobre essa forma de revelação natural, lemos em Salmos 19.1-2: “Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos. Um dia declara isso a outro dia, e uma noite revela conhecimento a outra noite”. O apóstolo Paulo, falando ao crentes de Roma, afirma que desde o início do mundo a existência de Deus e seus atributos podem ser vistos nas obras da criação:

Pois a ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e injustiça dos homens, que impedem a verdade pela sua injustiça. Pois o que se pode conhecer sobre Deus é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Pois os seus atributos invisíveis, seu eterno poder e divindade, são vistos claramente desde a criação do mundo e percebidos mediante as coisas criadas, de modo que esses homens são indesculpáveis (Rm 1.18-20).

C. E. B. Cranfield faz a seguinte observação a respeito da revelação natural:

desde o começo da criação de Deus, a autorrevelação de Deus prosseguiu sem interrupção — objetivamente — naquilo que ele criou. Ao observarem o universo criado, os homens observaram sempre o eterno poder e a divindade de Deus, ainda que sendo invisíveis em si mesmos; pois o Criador se revelou real e verdadeiramente, embora naturalmente apenas até um âmbito limitado, naquilo que ele fez. Quem olha para uma obra-prima de Rembrandt, pode dizer-se verdadeiramente que olha para Rembrandt; pois o artista manifestou-se na sua pintura. Esta ilustração, conquanto inadequada, pode talvez ajudar-nos na compreensão do que Paulo quis dizer.¹

Portanto, a revelação natural indica que Deus pode ser conhecido pelo ser humano além daquilo que ele revela acerca de si mesmo na Escritura, de modo “que esses homens são indesculpáveis”.

Deus se revelou por meio da consciência humana

Outra forma de revelação que deixa o ser humano sem desculpas quanto ao conhecimento da existência de Deus é o fato de ele falar à consciência humana. Obviamente, as revelações naturais de Deus, seja pela criação, seja pela nossa consciência, não trazem aquela revelação que pode salvar o homem da culpa e da condenação do pecado e da situação de corrupção em que ele se encontra. No entanto, são suficientes para deixar o homem sem desculpa. No dia do juízo, ninguém poderá chegar diante de Deus e afirmar que não sabia de sua existência, ninguém poderá dizer que não sabia que deveria adorar exclusivamente a ele e que ele é santo e todo-poderoso, pois tanto a natureza quanto a consciência mostram isso.

¹C. E. B. Cranfield, *Comentário de Romanos: versículo por versículo* (São Paulo: Vida Nova, 2005), p. 47.

A Bíblia também é clara a esse respeito:

Quando os gentios, que não têm lei, praticam as coisas da lei por natureza, embora não tenham lei, tornam-se lei para si mesmos, demonstrando que o que a lei exige está escrito no coração deles, tendo ainda o testemunho da sua consciência e dos seus pensamentos, que ora os acusam, ora os defendem (Rm 2.14-15).

Desse modo, todo ser humano possui o conhecimento de Deus por meio da revelação natural. Não se trata de uma revelação escrita, mas da lei de Deus gravada no coração humano.

Deus se revelou por meio da Escritura

Além das formas naturais de revelação, Deus decidiu se revelar de maneira especial. Para isso, inspirou dezenas de homens, ao longo de vários séculos, para produzir uma obra, que resultou na Escritura Sagrada. Um dos propósitos desse conjunto de escritos é revelar aos seus escolhidos sua vontade, suas promessas e bênçãos, bem como realidades espirituais e eternas. Nos Salmos, há várias referências a essa revelação especial. Por exemplo, Salmos 19.7-8 declara que “a lei do SENHOR é perfeita e restaura a alma; o testemunho do SENHOR é fiel e dá sabedoria aos simples. Os preceitos do SENHOR são retos e alegram o coração; o mandamento do SENHOR é puro e ilumina os olhos”.

Outro propósito da revelação especial é preservar e propagar a verdade da melhor maneira, por escrito. Se não tivéssemos a Bíblia, Deus teria de se revelar constantemente a cada geração. A transmissão oral do conhecimento de Deus com o tempo teria se corrompido. Assim, a revelação escrita foi colocada na mão do povo de Deus e, como sabemos, foi preservada até nossos dias, no início, por meio de cópias manuscritas, e depois, por meio de Bíblias impressas, a partir do século 15.

O terceiro propósito de Deus ao se revelar por meio da Escritura Sagrada é orientar a igreja quanto à corrupção da carne e à malícia de Satanás. Na Palavra de Deus, ficamos sabendo de que maneira ele nos salva e como ele nos santifica. Também aprendemos a respeito de Satanás e seus ataques e, dessa forma, nos preparamos para enfrentá-lo.

Deus se revelou de diferentes modos e em diferentes épocas. E assim, vários autores, no decorrer de muitas gerações e em lugares diversos, movidos

pelo Espírito Santo e por Deus, foram registrando por escrito seus sonhos, visões e circunstâncias. Quando falamos de inspiração da Escritura é a isso que nos referimos, ou seja, a uma ação divina pela qual a mente dos autores sagrados foi guiada pelo Espírito Santo, a fim de que pudessem comunicar a revelação de Deus.

Portanto, a Escritura é a Palavra de Deus indispensável para a igreja, pois é a única fonte de conhecimento salvador sobre Deus e sua vontade. Além disso, ela contém todas as revelações de que precisamos, não só para a salvação, mas também para a vida cristã.

A suficiência da Escritura

Nós, reformados, cremos na suficiência da Bíblia; cremos também que com ela foi encerrada toda a revelação que Deus pretendia disponibilizar ao ser humano. Por esse motivo, acreditamos que as antigas formas de revelação divina já não são mais utilizadas por Deus. Assim, profecias como aquelas proferidas por Noé, Enoque, Jacó e Moisés, pelos demais profetas do Antigo Testamento e mais tarde pelos apóstolos já não existem como meio de Deus fazer sua vontade conhecida. Os sonhos e visões em que Deus se manifestava para revelar seus planos fazem parte do período de escrituração da Bíblia. E, agora que ela está completa, recursos como as teofanias ou cristofanias (manifestações específicas nas quais Deus assumia determinada forma, como a sarça ardente e as aparições do “anjo do SENHOR”), não se fazem mais necessários.

Nesse ponto, a teologia reformada é bem distinta de outras teologias e tradições cristãs e evangélicas, como a teologia pentecostal. Para nós, uma vez que a revelação cessou, as antigas formas de revelação já cumpriram seu papel, e Deus agora nos fala por meio da Escritura. É por isso que os adeptos da teologia reformada se concentram em estudar a Bíblia, a fim de aprender os princípios que orientam a vida cristã.

Por essa razão, cremos que os dons revelacionais cessaram. Contudo, não é justo que nos rotulem de cessacionistas sem maiores explicações. Os reformados creem, sim, que Deus concede dons à igreja. Cremos nos dons de mestre, de ensino, de ajuda, de presidência, de contribuição e em muitos outros. Há uma série de dons na Bíblia que continuam em vigor; porém, certos dons espirituais estavam relacionados com a preparação da Escritura Sagrada, ou seja, eram dons revelacionais, que não teriam mais utilidade para nós, agora que a revelação escrita está encerrada. Assim, não cremos que hoje existam profetas como Isaías,